

Um Minotauro às margens do lago Michigan: a Escola de Chicago enquanto objeto historiográfico

Marcos Taroco Resende

Doutorando em Economia pelo Cedeplar/UFMG.

marcostaroco07@hotmail.com

Área 1: Metodologia e História do Pensamento Econômico

RESUMO: Desde a década de 1960, o termo “Escola de Chicago de Economia” vem sendo concebido de diferentes maneiras, criando uma grande mitologia sobre seu significado e suas características. Na literatura especializada, as controvérsias permanecem fermentadas e nas últimas duas décadas tem havido um crescente interesse historiográfico, com novos recortes e problemáticas que revisam e desafiam concepções, até mesmo em suas questões mais básicas. Neste sentido, a contribuição que o presente artigo visa oferecer é um balanço crítico sobre a vasta e crescente historiografia da Escola de Chicago, suas concepções e as implicações metodológicas e históricas destas. Constatamos que há uma divisão presente na literatura, entre aqueles que exaltam suas contribuições científicas, e de outro lado, aqueles que concebem essa “escola” por seus aspectos políticos e ideológicos. Nossa reflexão principal é que a construção de um argumento robusto sobre a Escola de Chicago em História do Pensamento Econômico, deve levar em conta essas duas dimensões.

Palavras-chave: Escola de Chicago; Historiografia; História do pensamento econômico;

ABSTRACT: Since the 1960s, the term “Chicago School of Economics” has been conceived in many different ways, generating a broad mythology regarding its meanings and features. Controversies still abound in the specialized literature, and the last two decades have seen increasing historiographic interest on the topic, with innovative framings that have challenged established, caricatural views. This paper offers a critical reflection on the Chicago School’s historiography - its main arguments and their methodological and historical implications. We identify a fairly clear division between works that emphasize the scientific contributions of the Chicago School, on one hand, and the literature that highlights the ideological and political aspects behind its definition, on the other. We then argue that a robust historical treatment of the subject must take both these dimensions into account.

Keywords: Chicago School of Economics; Historiography; History of Economics.

Códigos JEL: B1, B10, B13.

1. Introdução

Em 2019, em uma entrevista no contexto da Coleção *História Contada* do Banco Central do Brasil, Carlos Geraldo Langoni, ex-presidente da instituição entre 1980 e 1983 e primeiro brasileiro doutor em Economia pela Universidade de Chicago, assinalou a importância que a instituição teve ao redor do mundo, e a polêmica em torno de seu legado: “A escola de Economia que mais influenciou a retomada do desenvolvimento nos países emergentes foi a Escola de Chicago. Estava tão à frente do seu tempo que, quando voltei, havia até uma denominação pejorativa: o “Chicago boy”, o monetarista” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019, p. 35). Enfatizando o pretensível caráter técnico e a objetividade do seu trabalho, Langoni relembra que, quando voltou ao Brasil, e iniciou a discussão sobre a teoria do capital humano no país¹, “o pessoal de esquerda tinha crises históricas porque, pela primeira vez, estávamos tratando objetivamente de um problema com mais razão e menos emoção” (p.40). Anos antes, em um discurso simbólico de posse por ocasião de sua terceira reeleição como presidente da Bolívia, Evo Morales

¹ Langoni participou da famosa controvérsia da distribuição de renda em pleno “milagre econômico” sob o regime militar brasileiro, argumentando, a partir de exercícios econométricos, que as disparidades salariais observadas nos anos anteriores se deviam aos diferentes níveis de educação (LANGONI, 1973).

declarou que “na Bolívia, não mandam os Chicago boys, mas sim os Chuquiago boys [...] Perdoem-me a expressão, mas aqui não mandam os gringos, mandam os índios. Este é um orgulho que temos” (O GLOBO, 2015).

Partindo desta simbologia, a figura de um Minotauro parece representar bem as diferentes apropriações e dimensões controversas do termo “Escola de Chicago”. Trata-se de uma criatura mitológica, cuja parte humana associamos à razão e ao conhecimento, enquanto sua metade touro remete a conotações político-ideológicas. A combinação das duas partes produz uma totalidade “enigmática”, encerrada em um labirinto onde ciência e política encontram-se irremediavelmente enredadas. O termo ganhou contornos polêmicos especialmente pelo envolvimento dos *Chicago boys*, um grupo de jovens economistas chilenos que se formaram no curso de pós-graduação em Economia da Universidade de Chicago, com o governo ditatorial de Augusto Pinochet (1973-1990), e mais tarde com a onda de reformas liberalizantes no contexto do Consenso de Washington. Não raro, evoca-se um tipo de entidade chamada “Escola de Chicago” para criticar políticas econômicas “draconianas” e “neoliberais” ou para afirmar os “princípios da boa teoria econômica”, inspiradas na excelência acadêmica de Chicago, que deveriam guiar as decisões de política econômica em detrimento de medidas populistas.

Essas visões baseiam-se, por vezes, em concepções simplificadoras ou monolíticas sobre a Escola de Chicago, não captando suas especificidades e dinâmica própria. Nas últimas duas décadas, o tema vem atraindo crescente interesse historiográfico, com novos recortes e problemáticas que revisam e desafiam preconcepções, até mesmo em suas questões mais básicas. Assim, o objetivo é empreender um balanço crítico da crescente e controversa historiografia da Escola de Chicago. Ao longo da revisão, pretendemos oferecer algumas reflexões críticas: Existe uma Escola de Chicago? Quando ela se formou? O que a caracteriza como uma escola neoclássica? Como a Escola de Chicago relaciona ciência econômica e política? A Escola de Chicago é neoliberal?

Além da introdução e das considerações finais, o trabalho é dividido em três seções. Na segunda seção, apresentamos o debate, ocorrido na década de 1960, sobre a existência e as características da Escola de Chicago, do qual retiramos traços historiográficos que permeiam a discussão até os dias atuais. Em seguida, enfatizamos aqueles trabalhos que tendem a enfatizar o “lado positivo” e a excelência acadêmica ao caracterizar a escola. Além disso, analisamos como o estilo da Escola de Chicago se posiciona sob o “guarda-chuva” neoclássico, isto é, entender o quão diferente eram as práticas acadêmicas e metodológicas em relação ao restante da profissão. Como exemplo, comparamos a abordagem metodológica de Chicago com outra tradição desenvolvida no cenário estadunidense no pós-guerra: a dos economistas do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT). Na quarta seção, abordamos a literatura que define a Escola de Chicago pelos seus aspectos normativos, e ainda a sua relação com o neoliberalismo. Por fim, na quinta seção, realizamos um diagnóstico da literatura e propomos breves reflexões sobre a importância de se levar em consideração tanto os aspectos científicos quanto os políticos para a construção de um argumento robusto de História do Pensamento Econômico sobre a Escola de Chicago.

2. Visões sobre a existência e a natureza da Escola de Chicago

Um dos primeiros momentos de discussão sobre a possível existência de uma Escola de Chicago de Economia ocorreu na década de 1960, dentro dos próprios muros intelectuais do departamento de economia, nas páginas do *Journal of Political Economy*, editado desde a criação da Universidade de Chicago em 1892. Escolhemos apresentar este primeiro momento, porque nele reside uma série de questões importantes, que a literatura mais contemporânea se depara até os dias atuais.

Uma das primeiras referências à noção de uma “Escola de Chicago” ocorre com a publicação de “*On the "Chicago School of Economics"*” (1962), de H. Laurence Miller. Para reivindicar a existência dessa escola, o autor elenca uma série de elementos, como sua posição polarizante entre os economistas com respeito à defesa da economia de mercado, a ênfase dada à teoria neoclássica, a concepção do mercado como idealizado, a aplicação generalizada da teoria econômica em vários campos da sociedade e a centralidade do teste de hipóteses no desenvolvimento da economia positiva. Apesar de apontar diferenças geracionais, o autor coloca um peso muito grande na proposição de que os elementos comuns são suficientes

para caracterizar sua continuidade, passando por nomes como Henry Simons, Jacob Viner, Frank Knight e Milton Friedman, que enfatizavam a dimensão privada do sistema econômico e a desconfiança da intervenção governamental (MILLER, 1962).

Em uma crítica curta e direta a Miller, George Stigler (1962) chama atenção para as dificuldades e problemas na conceituação do que é uma “escola de pensamento econômico”, que tende a gerar estereótipos e simplificações excessivas. Para Stigler, “*a school of economists is presumably a group whose views are relatively homogeneous on certain important questions, and these views must be somewhat different from those held by most other economists*” (STIGLER, 1962, p. 1). O autor chama atenção para a diversidade de visões metodológicas no interior do departamento de Economia de Chicago, sendo muito diferentes as concepções de ciência de Knight, Viner, Simons, Harold Gregg Lewis e Ronald Coase.

Essas críticas são pertinentes porque Miller não especifica o que seria a abordagem neoclássica de Chicago. Além disso, generaliza o termo e não atesta a grande variedade de economistas no departamento entre os anos de 1930 e 1950. Por outro lado, é necessário evitar também visões extremas: a coexistência de diversas posições teórico-metodológicas não exclui a possibilidade da existência de uma “escola” com características semelhantes.

Martin Bronfenbrenner, formado no doutorado em economia da Universidade de Chicago em 1939, sob a orientação de Paul Douglas, mostra certo desconforto com preconceitos e julgamentos oriundos de sua associação com uma possível Escola de Chicago. A qualificação realizada por Bronfenbrenner (1962) em relação ao trabalho de Miller é que não existe uma única Escola de Chicago: existiram duas, na verdade, cuja divisão foi estabelecida no pós-guerra, especificamente em 1946, com a saída de Jacob Viner para a Universidade de Princeton e a morte de Henry Simons. Este período na década de 1940 é de suma importância para a reorganização do departamento, conforme registrado pela literatura (REDER, 1982; 1991; PECK, 2011).

Segundo Bronfenbrenner, as diferenças entre as duas escolas superaram apenas o tratamento do problema do monopólio, o qual a escola do pós-guerra minimizava. A primeira, por exemplo, tinha maior preocupação com aspectos éticos da distribuição de renda e riqueza, ao passo que a segunda voltava sua atenção para a oferta de moeda, a liberdade econômica e a eficiência na alocação de recursos. Entretanto, nenhuma dessas Escolas de Chicago era monolítica - inclusive no pós-guerra, enquanto a *Cowles Commission* esteve sediada na universidade. Para Bronfenbrenner, no entanto, o caráter não-monolítico do departamento de Economia não impede a existência das Escolas de Chicago, tal como a coexistência de Keynes e Pigou não apagou a existência de uma Escola de Cambridge. Embora descreva bem algumas peculiaridades metodológicas da “nova escola”, ele não faz o mesmo para a “velha”, definindo-a mais por oposição.

Coats (1963) se insere no debate com cuidado, argumentando que não houve uma continuidade doutrinária entre o período inicial do departamento - desde sua criação em 1892 até a aposentadoria de James L. Laughlin em 1916 - e os desenvolvimentos mais atuais - década de 1950 em diante. Segundo o autor, a influência intelectual mais importante nas décadas de 1890 e 1900 eram os institucionalistas Thorstein Veblen e John Dewey, e não Laughlin, que era um economista conservador, alvo de diversas reservas da comunidade de economistas norte-americanos. Assim, não há nada que se encaixe nos tempos de Laughlin com as concepções de “Escola de Chicago” de Miller ou Bronfenbrenner. Concordamos com Coats (1963) quando argumenta que, apesar das dificuldades de definir uma “escola”, essas tentativas são importantes para a compreensão da natureza e desenvolvimento da disciplina. Do nosso ponto de vista, além da importância pedagógica, esse argumento é importante por iluminar que as “escolas” são uma reconstrução histórica, uma forma de olhar as ideias do passado com as lentes do presente e organizá-las minimamente.

Neste momento inicial, já se delineiam questões importantes que estão subjacentes a diversos trabalhos da historiografia até os dias atuais. Essas questões são: a própria existência de uma (ou mais) Escola(s) de Chicago, a unidade ou diversidade existente dentro da Escola de Chicago e, por fim, os elementos de continuidade e ruptura na caracterização da Escola de Chicago, que se manifestam nas transformações do departamento no pós-guerra. Acompanhando o crescimento da historiografia, estas questões permanecem controversas. Nas próximas duas seções veremos como esses temas são retomados

e combinados nos trabalhos que concebem a Escola de Chicago a partir, respectivamente, dos seus atributos científicos e da sua natureza político-ideológica.

3. A Escola de Chicago como uma vertente neoclássica: uma “ciência econômica positiva”?

Melvin Reder deu seu relato de observador-participante em dois artigos. No primeiro deles, Reder (1982) identifica implicitamente a Escola de Chicago com o período posterior à segunda guerra mundial, em especial quando se juntam Milton Friedman no Departamento de Economia e George Stigler e Allen Wallis na *Graduate School of Business* (GSB). Não sendo seduzido pelos acontecimentos *ex-post*, o autor afirma: “[...] *in prospect this did not seem the only possible course of development, or even the most likely*” (REDER, 1982, p. 10). Já Reder (1991) possui uma definição mais ampla do que seria a Escola de Chicago: em suas palavras, “multigeracional”, englobando o período entre 1930 e 1985 e, mais explicitamente, incluindo os economistas que levaram a abordagem de Chicago para a *Law School* e a GSB no pós-guerra. Entretanto, o autor é consciente de que qualquer definição envolve demarcações não universalmente aceitas, e explicita a existência das diversidades metodológicas e teóricas.

Reder (1982) enfatiza durante toda sua narrativa a importância central de um ambiente acadêmico e intelectual voltado para as discussões e debates intensos sobre as pesquisas em andamento, através de seminários e *workshops*. O autor ainda contextualiza que isto derivou-se da própria constituição da Universidade de Chicago, que foi projetada para a devoção à construção e ao avanço do conhecimento científico. Baseando-se na distinção de Friedman, para Reder (1982) a face positiva é a mais importante da escola, conforme ilustrado por contribuições como a Teoria do Capital Humano de Schultz e Becker e o célebre Teorema de Coase. Emmett (2010) concorda que o conhecimento econômico gerado em Chicago tinha fortes implicações sobre aspectos normativos e de aplicação de políticas públicas; porém, adverte que “*it is misleading to try to move from the normative or ideological back to the scientific in explaining a social scientific school of thought*” (p. 1). Para o autor, há evidências que apoiam dois tipos de afirmações. A primeira, que a abordagem da Escola de Chicago é orientada a entender como as alterações nos preços de mercado afetam uma situação política. A segunda, que a teoria dos preços é orientada a defender um ponto de vista particular, que se manifesta na defesa de políticas econômicas liberais. Contudo, para o nosso autor, as evidências seriam mais fortes no primeiro tipo de afirmação.

Uma posição, inspirada no trabalho de Melvin Reder, que leva mais a fundo a exaltação do sucesso acadêmico e científico da Escola de Chicago é o trabalho de Van Overtveldt (2007). O autor elenca como de suma importância cinco elementos que contribuíram para a criação da *Chicago Tradition* e o sucesso da Escola de Chicago. São eles: forte ética de trabalho, crença na economia como uma ciência verdadeira, excelência acadêmica como único critério do avanço científico, reflexão crítica contínua e isolamento. Demonstrando grande simpatia pela tradição, o autor relaciona o sucesso da Escola de Chicago com a grande quantidade de ganhadores de distinções que em algum momento de sua trajetória acadêmica passaram pela universidade, como ganhadores do Prêmio Nobel de Economia e das medalhas Francis A. Walker e John Bates Clark. A atitude do autor pode ser resumida na primeira frase do livro: “*If Adam Smith is the father of that dismal science called economics, then Chicago is arguably its capital*” (VAN OVERTVELDT, 2007, p. 1).

O viés interpretativo da exaltação da “economia positiva” da Escola de Chicago pode ser evidenciado pela forma como o autor aborda a atuação política dos economistas da Universidade de Chicago. Após oito capítulos sobre as contribuições científicas da Escola de Chicago, a questão política é deixada para as oito páginas finais do livro. Na introdução, o autor afirma: “*Chapter 9 deals with those economists who violated one of the basic rules of the Chicago Tradition: that is, the rule that academic excellence is all-important, and political appointments are not*” (OVERTVELDT, 2007, p. 9). Ou seja, envolver-se com política, em sua interpretação, seria uma violação das boas práticas da Escola de Chicago.

O autor também concede ênfase nos elementos de unidade e continuidade da Escola de Chicago. Ele separa, de um lado, “os elementos da tradição de Chicago” e, de outro, a própria “Escola de Chicago”. Para ele, muitas características da *Chicago tradition* foram criadas com o primeiro presidente da instituição, William Rainey Harper, após sua fundação em 1892. Essa distinção se dilui na medida que o autor define sua Escola de Chicago como “*the belief that free markets and the price mechanism are the most effective*

and desirable ways for a society to organize production and economic life in general” (VAN OVERTVELDT, 2007, p. 8). Em outras palavras, o autor define a Escola de Chicago a partir da teoria de preços desenvolvida na universidade, cujos principais representantes seriam Jacob Viner, Milton Friedman e Gary Becker. Essa atitude tem por implícito um grau de continuidade e uma imagem monolítica, e mais do que isso, aproxima-se de uma situação que Coats (1962) descreve como projeção de uma continuidade *ad nauseam* sobre o passado do, como se os elementos constitutivos da Escola de Chicago já estivessem de alguma forma presentes desde os primeiros decênios do século XX. Evidência disso é a busca por “pais fundadores” desta tradição, como James L. Laughlin, Thorstein Veblen, John Maurice Clark, Leon C. Marshall, Frank Knight e Aaron Director. Trata-se de um grupo diverso e objeto de explicações vagas a respeito do porquê aqueles seriam os pais fundadores. No recorte de Reder (1991), a título de contraste, não há espaço para esses membros anteriores a 1930.

Podemos observar, portanto, que Reder (1991) e Overtveldt (2007) combinam a exaltação da excelência acadêmica e científica da Escola de Chicago com a ênfase na unidade e na continuidade da Escola de Chicago pelo menos desde a década de 1930. Vale atestar que em um trabalho anterior, Reder (1982) reconheceu elementos de continuidade, mas oferece uma perspectiva de uma Escola de Chicago mais centrada no pós-guerra.

Neste ponto, ressalva-se dois aspectos. A caracterização da Escola de Chicago pela teoria dos preços, proposta por Van Overtveldt (2007), é questionável. O trabalho de Medema (2011), a partir da investigação do desenvolvimento da teoria de preços em Chicago, enxerga que esta não era monolítica. As diferenças se assentavam, por exemplo, na natureza da relação entre economia e direito na *Law School*, na própria definição do que seria o objeto da ciência econômica e na ênfase na importância do comportamento individual para a teoria dos preços. Já Hammond (2010), que se concentra na teoria dos preços de Friedman, afirma que esta diferia da teoria de preços ensinada por Frank Knight, que dividia a cadeira com Jacob Viner. Ao contrário de Friedman, Knight tinha um perfil mais filosófico, com uma menor preocupação imediata com as evidências empíricas. Em um sentido similar, Emmett (2016) entende que “*teaching price theory was one thing, making it an analytical policy tool was another*”, destacando que no pós-guerra houve uma ênfase muito maior na relevância analítica e na capacidade preditiva da teoria dos preços para a análise das políticas econômicas.

Em segundo lugar, reconhecer que há uma tradição de Chicago não necessariamente implica em uma concepção extrema de continuidade. Pelo contrário, a literatura é unânime em apontar a existência de uma espécie de “subcultura” na Universidade de Chicago, iniciada nos anos 1930 e 1940. Neste sentido, reconhecer a “subcultura” ou a “tradição” significa que elas condicionaram a “formação” da Escola de Chicago. Essa tradição traz consigo uma série de elementos enraizados que mutuamente se reforçam, isto é, práticas locais institucionalizadas. Um aspecto muito destacado é a existência de uma tradição oral na Universidade de Chicago, transmitida de geração para geração de estudantes e professores (REDER, 1982; PECK, 2011). Neste sentido, é nítido na literatura a relevância da relação entre Knight e seus estudantes mais próximos, como Friedman e Stigler a partir dos anos 1930, para a formatação da Escola de Chicago no pós-guerra. Todavia, conforme ressalva Emmett (2010, p.3), “*Chicago economics in the post-war period is a ‘school of thought’ in a way that the ‘Knight circle’ could only aspire to*”. Outro ponto indicado por Van Overtveldt e Melvin Reder, que é objeto da análise detalhada de Ross Emmett, é o chamado *workshop model*, um conjunto de seminários, nos quais os professores e alunos discutiam artigos em desenvolvimento. O *workshop system* serviu, na opinião de Emmet, para “normalizar” a abordagem de Chicago, transferindo um estilo próprio do manejo da teoria de preços e habilidades da pesquisa empírica (EMMETT, 2010; EMMETT, 2011).

Com objetivo duplo de entender a ênfase de uma parte da literatura na “economia positiva”, cabe-nos especificar a abordagem e a metodologia da Escola de Chicago do pós-guerra em relação às outras abordagens neoclássicas. Esta escolha desafia uma imagem de uma teoria neoclássica homogênea e monolítica. Neste sentido, subscrevemos a ideia de “neoclassicisms” de Mirowski e Hands (1998) quando examinam a formação: da teoria neoclássica da demanda da Escola de Chicago; da *Cowles Commission* (que esteve em Chicago entre 1939 e 1955); e do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT). Na análise, os autores enfatizam as diferentes concepções e batalhas teóricas, metodológicas e práticas originadas das

tentativas de Hotteling e Schultz para mensurar e compatibilizar a “lei da demanda” com a abordagem walrasiana de equilíbrio geral.

Reder (1982) define a “*Chicago view*” como *Tight Prior Equilibrium*, uma abordagem assentada na hipótese de ótimo de Pareto. Apesar desta hipótese ser comum a outras escolas do pensamento econômico, que o autor denomina como *Diffuse Prior Equilibrium* (que exemplificamos a seguir pela abordagem do MIT), o que é específico no caso dos economistas de Chicago é que o ótimo de Pareto é associado com outras premissas teóricas inflexíveis. As “outras premissas” destacadas por Melvin Reder são: 1) os agentes econômicos são tomadores de preços; 2) os preços do mercado são compatíveis com a otimização de todos os indivíduos; 3) informações sobre preços e qualidades dos bens do mercado são adquiridas de forma ótima, no ponto em que o preço da informação é igual ao seu custo marginal; 4) nem os monopólios nem o governo possuem capacidade de influenciar significativamente os preços relativos e as quantidades do mercado. Os economistas de Chicago admitem que, na realidade, o comportamento aleatório de outras variáveis pode implicar em violações dessas premissas, mas apenas transitariamente (REDER, 1982).

A existência do monopólio é um exemplo muito importante, destacado pela historiografia crítica como exemplo da natureza ideológica da abordagem de Chicago (VAN HORN; MIROWSKI, 2011; PLEHWE, 2009). Os economistas de Chicago admitem que monopólios podem existir, mas acreditam que são normalmente transitórios devido à inexistência de barreiras à entrada, ocorrendo em um pequeno número de mercados, com pequeno impacto sobre a economia. Portanto, para os economistas da Escola de Chicago, a existência do monopólio não justifica a alteração dos pressupostos básicos de competição perfeita e racionalidade da teoria econômica. Esta atitude é similar quando se fala de intervenção do governo e de falhas de mercado.

Pelo *Tight Prior Equilibrium*, os economistas de Chicago tendem a avaliar e legitimar a pesquisa científica se os dados empíricos analisados são consistentes com as implicações da teoria de preços. O que é característico da tradição de Chicago é que, quando os dados não se ajustam bem à teoria, os economistas são contrários, resistentes e suspeitos às tentativas de relaxar as hipóteses neoclássicas de racionalidade e mercados competitivos. A atitude mais comum quando ocorrem anomalias na relação teoria-empíria é primeiramente revisar os dados para reverter os problemas encontrados e/ou redefinir o conjunto de variáveis explicativas (REDER, 1982).

Esta atitude, um tanto inflexível, quanto à alteração dos pressupostos da teoria econômica pode ser remetida ao ensaio metodológico de Milton Friedman, *The Methodology of Positive Economics* (1953), muito influente na profissão, no qual o autor argumenta que uma hipótese não deve ser julgada pelo realismo de seus pressupostos, mas sim pela capacidade preditiva de suas implicações. Em suas palavras, “*A hypothesis is important if it "explains" much by little, that is, if it abstracts the common and crucial elements from the mass of complex and detailed circumstances and permits valid predictions on the basis of them alone*” (FRIEDMAN, [1953] 1966, p. 14-15). Isto é mais inteligível pelo paralelo, realizado pelo autor, entre a prática dos físicos de experimentar a aceleração de um objeto *as if* (como se) estivesse no vácuo e a hipótese de racionalidade do empresário. Não importa quais as motivações da tomada de decisão dos empresários: caso não se comportem de maneira próxima ao racional, serão absorvidos pela concorrência. Por isso, a teoria econômica relevante assume, por meio de uma hipótese *as if*, que o comportamento do consumidor é racional. Neste sentido é uma crítica direta às teorias de competição monopolista, desenvolvidas, por exemplo, em Cambridge.

No que se refere à abordagem neoclássica do MIT, uma escola de engenharia, Béatrice Cherrier (2014) entende que o estilo da “síntese neoclássica” que o consagrou envolvia a modelagem do comportamento maximizador, o comportamento como resultante da demanda e oferta agregadas, o uso de modelos de competição imperfeita e a estática comparativa. Na visão dos economistas de Chicago, os economistas do MIT eram neokeynesianos “*who held the functioning of markets as flawed, requiring the implementation of macroeconomic, industrial, and antitrust policies [...] but for their overseas Cambridge colleagues, they had betrayed John Maynard Keynes's theoretical insights and his methods*” (CHERRIER, 2014, p. 32).

Para Halsmayer (2014), Solow concebia que modelos servem para diferentes funções, e cada qual se associa a um tipo de atividade do economista. Os “modelos simples”, quando funcionam como “objeto de trabalho”, possuem uma função exploratória, com o objetivo de entender algumas relações entre as

variáveis econômicas, cuja natureza não permite derivar recomendações de políticas econômicas. O caso é diferente quando os economistas atuam como “*engineers in the design sense*”, construindo modelos como “protótipos”. São os modelos de “larga escala”, capazes de lidar com a complexidade dos dados empíricos, que legitimam os economistas como *policy-makers*. A confrontação dos modelos com os dados empíricos pode levar a resultados inesperados, e essa sensibilidade aos dados pode repercutir na própria mudança do modelo.

Sumarizando, no MIT, os economistas eram mais propensos e sensíveis aos problemas de transposição de um modelo para a análise empírica, alterando não só as especificações dos modelos, mas também, quando necessário, os próprios pressupostos na construção dos modelos econométricos mais complexos. Não havia nenhum compromisso necessário e umbilical com determinadas premissas. Já em Chicago, diante de quaisquer anomalias no confronto entre teoria e empiria, havia uma tendência da preservação do modelo inicial e de seus pressupostos subjacentes, e é desta atitude metodológica que se derivavam recomendações de política econômica. Este modo particular de entender a ciência econômica e seus pressupostos são apenas artifícios científicos ou contém em sua essência aspectos políticos?

4. Economia normativa e o neoliberalismo

Reder (1982) argumenta que a faceta positiva da Escola de Chicago predomina, mas admite que há interrelações entre ela e a faceta normativa. A positiva é relacionada com a ideia de que os agentes econômicos são as unidades básicas na economia, buscando a maximização de suas funções de utilidade pela ação autointeressada. Neste sentido, a intervenção estatal é um meio ineficiente de alcançar objetivos, causando ineficiência nas ações dos indivíduos e desperdiçando recursos produtivos. Do ponto de vista normativo, a racionalidade entende que é errado confiar ao governo o controle de recursos para atingir qualquer objetivo. O controle dos recursos deve ser privado. Esse aspecto normativo seria muito presente nos economistas de Chicago que tinham vinculações com a *Mont Pelèrin Society*:

[...] Graphically, I would describe the relation by two overlapping circles: one would be labelled "Chicago-style economists" and the other 'Friends and members of the Mt. Pelèrin Society'. The small overlap of the two contains some of the most prominent and influential members of either group whose particular ideas are quite distinct from those in the non-overlapping portions of either circle (REDER, 1982, p.32).

Valdés (1995) possui uma interpretação que liga de maneira mais forte os aspectos científicos e políticos. O autor concebe que a própria natureza do desenvolvimento da economia como disciplina nas sociedades ocidentais implicava em uma “apologia” ao capitalismo e ao mercado livre, incluindo “julgamentos morais” em seus discursos; porém, enfatiza que a tradição de Chicago é particular. Para ele, nas mentes dos economistas de Chicago existe uma relação estreita entre o modelo e a realidade, com duas implicações. Primeiramente, a própria construção da “estrutura conceitual” - o modelo - carrega consigo todo um conjunto de premissas filosóficas, envolvendo uma visão harmoniosa do mercado. Em segundo lugar, isso traz uma abordagem particular em relação à pesquisa empírica, e é aí que o autor enxerga “os passos lógicos” para a elaboração de proposições políticas, pois a única verificação do modelo é na realidade, o que torna a produção do conhecimento inerentemente ligada à proposição de políticas econômicas.

Em um mesmo sentido, em contraste com estudos que caracterizam a Escola de Chicago fundamentalmente pelo lado da teoria econômica, como Reder (1982), ou exclusivamente, como Van Overtveldt (2007), há trabalhos importantes que valorizam a orientação para a política econômica como parte indissociável da construção do conhecimento econômico em Chicago no pós-guerra, como Emmett (2010) e Van Horn, Mirowski e Stapleford (2011). Van Horn, Mirowski e Stapleford (2011, p. XIX) afirmam que: “*the policy applications of Chicago economics were not accidental byproducts of a research program focused primarily on the internal development of economic theory*”.

Um outro nicho da literatura observa a relação da Escola de Chicago com aquilo que se chama com alguma imprecisão de “neoliberalismo”. O “neoliberalismo” é normalmente associado com o movimento conservador iniciado na década de 1970 nos governos de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, estendendo-

se aos anos 1990 com o Consenso de Washington (HARVEY, 2005). Burgin (2012), entretanto, investigando o nascimento desse movimento do ponto de vista intelectual, argumenta que após a Grande Depressão, quando o *laissez-faire* passou a ser objeto de sérios questionamentos, os liberais inicialmente se entrincheiraram e se isolaram, de forma defensiva, e ao longo do tempo formaram uma rede de laços pessoais e de financiamento com vistas a reformular as bases filosóficas do liberalismo. Um ponto fundamental de sua obra é mostrar o modo como no interior deste movimento intelectual - de que fazem parte as discussões da *Mont Pelèrin Society*, criada em 1947 - havia diversas concepções sobre quais princípios liberais deveriam ser reformulados, em um contexto de reflexão marcado por multidisciplinaridade.

Da narrativa do autor, interessa-nos reter que, nos anos de 1930, em Chicago, economistas como Knight, Viner e Simons tinham uma inclinação para defender os mercados contra os excessos da intervenção estatal, mas assumiam que o governo tinha um papel importante na economia. Na verdade, este era o significado de “ser liberal” nas décadas de 1940 e 1950 (não obstante exceções como Ludwig von Mises). A *Positive Program for the Laissez-Faire*, publicado em 1934 por Henry Simons, é um exemplo do espírito da época. Friedman confessa que, ao reler o livro de Simons 50 anos depois, assustou-se com a importância dada pelo autor à intervenção estatal e ao tratamento dos monopólios privados, mas admite que o contexto era importante para esses posicionamentos (CALDWELL, 2011). Isso mostra a importância da historicização das categorias analíticas.

Burgin (2012) aponta como, no início dos anos de 1950, uma nova geração de economistas - entre eles Friedman, Stigler, Aaron Director e Allen Wallis - ganhou cada vez mais força no interior da instituição e começaram a definir a tarefa de reformulação do liberalismo econômico de uma maneira particular, abordando as questões a partir de ângulos estritamente econômicos. Essa transformação da *Mont Pelèrin Society* representou, paradoxalmente, tanto uma ruptura com o projeto inicial quanto uma confirmação do objetivo proposto quando da criação da organização por Hayek, de renovar o liberalismo. Ruptura porque Friedman, ao invés de empreender um esforço de reelaboração dos princípios liberais, como era a agenda de Hayek tanto no Colóquio Walter Lippmann em 1938 quanto na *Mont Pelèrin Society*, voltou-se a uma defesa do *laissez-faire*, sob uma nova roupagem, na linguagem neoclássica. O contraste ocorria também na Universidade de Chicago. Foi com o projeto intelectual de reflexão sobre o liberalismo proposto por Hayek que, grosso modo, Knight, Viner e Simons se identificaram até o fim da década de 1940. Por outro lado, o episódio envolve uma confirmação do espírito original, uma vez que representou o triunfo do objetivo de influenciar o debate público contra as ideias “socialistas”, “intervencionistas” e “keynesianas”. Na visão do autor, é essa versão elaborada por Friedman que conhecemos, hoje, como “neoliberalismo”.

Dieter Plehwe (2009), em sua revisão introdutória sobre o neoliberalismo, enfatiza que o “pensamento coletivo neoliberal” possui uma forte dimensão transnacional, sendo muito mais amplo e transdisciplinar, e por isso, muito além das ideias neoclássicas, incluía-se no esforço dessa construção inúmeros sociólogos, historiadores, jornalistas, políticos e homens de negócios. Plehwe (2009) enfatiza a importância de quatro variantes. Na França, um dos casos mais fragmentados e complexos, durante a Segunda Guerra Mundial havia muitas divisões intelectuais e facções políticas entre os neoliberais, algumas tendendo inclusive a concordar com alguns aspectos de planejamento econômico, enquanto outras, mais à direita do espectro político, afastavam-se desta posição. Já a variante alemã foi constituída pelo ordoliberalismo a partir do pensamento da Escola de Freiburg (Walter Eucken and Franz Böhm), e no exílio suíço de Alexander Rüstow e Wilhelm Röpke. Uma singularidade importante dessas ideias era a necessidade da existência de um Estado forte e a crítica a aspectos do capitalismo e da democracia, que deu origem à “economia social de mercado” alemã no pós-guerra. Esses economistas tinham uma visão mais ampla, que englobava aspectos políticos, econômicos e sociais. Na Inglaterra, a variante do neoliberalismo foi forjada por Hayek e Lionel Robbins na *London School of Economics*, com grande ênfase na liberdade econômica como pré-condição para a liberdade política, e estudos direcionados a conter a intervenção governamental e o impacto dos sindicatos, o que se reflete no período de Margaret Thatcher. Por fim, a versão norte-americana, representada por Chicago, teria assumido uma aliança com setores corporativos que tinham visão antiestatista. Uma grande especificidade dessa variante, em relação, por exemplo, ao ordoliberalismo, seria a atitude em relação à concentração de poder das empresas, muito menos crítica em

Chicago no que se refere aos efeitos econômicos dos monopólios, e mais suspeita quanto às possibilidades de sua regulamentação governamental.

Com uma abordagem similar à de Burgin (2012), o trabalho de Van Horn e Mirowski (2009) coloca a ascensão da Escola de Chicago na conjuntura do pós guerra, no ano de 1946. A tese central dos autores é que a ascensão da Escola de Chicago é um capítulo da criação do neoliberalismo. Um tema muito importante abordado pelos autores trata-se da visão de Chicago sobre a regulação da concentração de poder das empresas. Sua narrativa se baseia no contexto posterior à publicação de *The Road of Selfdom* (1944) de Hayek, quando este viajou pela primeira vez aos Estados Unidos e conheceu Harold Luhnnow, presidente da Fundação *Volker*, que tinha o objetivo de expandir as ideias liberais nos EUA, recebendo dele o convite para escrever um livro adaptado às condições norte-americanas - um *American Road of Selfdom*. A partir daí, com muitas oscilações, Hayek articulou este projeto com Henry Simons na Universidade de Chicago, que ficou conhecido como *Free Market Study*. Nessas articulações, ventilou-se por parte de Simons a criação de um instituto para a popularização de ideias liberais nos Estados Unidos, enquanto Hayek sugeriu uma organização internacional que mais tarde se tornaria a *Mont Pèlerin Society*. Luhnnow, em resposta, não se interessou pelas ideias de Simons e tampouco pela *International Academy*, demandando os planos originais acordados com Hayek na formulação do livro (VAN HORN, MIROWSKI, 2009). Essa é uma das evidências levantadas pelos autores para colocar a criação da Escola de Chicago como parte do processo de ascensão do neoliberalismo.

Após a morte de Henry Simons em 1946, Aaron Director foi contratado e o *Free Market Study* se iniciou. Embora Aaron Director nunca tenha terminado o livro prometido, a fundação *Volker* manteve-se paciente e financiou várias viagens de Director e outros economistas de Chicago para os encontros da *Mont Pèlerin Society*. Uma década depois, foi Milton Friedman quem terminou o *Free Market Study*, com a publicação de *Capitalism and Freedom* (1962) -uma “versão corporativa neoliberal” de *The Road to Selfdom*, agressiva e autoconfiante no capitalismo (VAN HORN; MIROWSKI, 2011) – brindando a paciência e flexibilidade de Luhnnow para atingir seus objetivos políticos.

O artigo de Caldwell (2011) contesta a relação estabelecida por Van Horn e Mirowski (2009) entre Escola de Chicago e neoliberalismo, fundamentalmente no que se refere à ênfase sobre o pretenso favorecimento monetário dos intelectuais para o aumento do poder das corporações transnacionais. Um ponto de inflexão nesse processo seria a alteração da posição de Simons, Director e Friedman nos anos de 1930 quanto à necessidade de regulação de monopólios, para uma atitude de minimização do problema na década de 1950. Segundo Caldwell, está implícito no artigo que essa mudança ocorreu devido à pressão da Fundação *Volker*, que não estava interessada em financiar ideias do liberalismo clássico (como defendido por Simons), e sim uma reformulação destas ideias.

O autor apresenta alguns contra-argumentos importantes. Primeiramente, a definição de Henry Simons como um liberal clássico não leva em conta que, como já vimos, a característica mais importante dos liberais na década de 1930 era sua oposição ao *laissez faire* e concessões à intervenção do governo na economia. Em segundo lugar, o autor contesta a controversa afirmação de Van Horn e Mirowski segundo a qual Director, Friedman e outros agiam motivados pelo dinheiro para mudarem suas opiniões sobre o monopólio na década de 1950. Caldwell enfatiza que sua mudança de opinião quanto à regulação dos monopólios foi causada por seus próprios estudos sobre o tema: “*As they studied the matter more closely after the war, however, they came to the conclusion that the rule of reason should be used in deciding antitrust cases rather than a per se rule, which was hardly a radical finding*” (CALDWELL, 2011, p. 329).

Esta associação entre movimento intelectual e corporações como caracterização do neoliberalismo é elaborada de maneira mais controversa no livro *Shock Doctrine*, de Naomi Klein. A principal característica da evolução recente do capitalismo é, na perspectiva da autora, o uso de momentos e contextos turbulentos e sensíveis, como desastres naturais, para a imposição de uma terapia de choque radical e promoção das ideias de mercado livre, favorecendo as corporações. Em seu trabalho, há uma estreita e articulada conexão entre ideias individuais e coletivas (liberais), seu reflexo nas políticas econômicas implementadas e, o que torna o argumento particularmente sensível, a adoção de métodos de tortura e violência. É neste espírito que a autora reserva um lugar especial para Milton Friedman, um “doutor choque”, e para a Escola de Chicago, à luz da experiência chilena e da influência de suas ideias em vários governos. Conforme a autora:

Friedman first learned how to exploit a large-scale shock or crisis in the midseventies, when he acted as adviser to the Chilean dictator, General Augusto Pinochet [...] It was the most extreme capitalist makeover ever attempted anywhere, and it became known as a "Chicago School" revolution, since so many of Pinochet's economists had studied under Friedman at the University of Chicago (KLEIN, 2007, p. 7).

A autora reconhece que colocar a culpa em ideologias pelas ações de seus seguidores requer cuidado, mas faz uma ressalva: “*it is also true that certain ideologies are a danger to the public and need to be identified as such*” (KLEIN, 2007, p. 19).

Vale ressaltar que dentro dos trabalhos que enfatizam os aspectos normativos da Escola de Chicago, alguns combinam essa ênfase geral com fortes elementos de continuidade e unidade (KLEIN, 2007). Já em outros, há a consciência da diversidade e rupturas existentes no departamento e na “Escola” (BURGIN, 2012; VAN HORN; MIROWSKI, 2009; VALDÉS, 1995). Além disso, é interesse notar que nos trabalhos que discutem a Escola de Chicago e o neoliberalismo, há uma tendência pela busca por um significado para a Escola de Chicago que transcenda o departamento de economia. Esta se constitui uma tendência da literatura das últimas décadas. Nik-Khah (2011), por exemplo, analisa especificamente a importância de George Stigler e da GSB como um dos três pilares da Escola de Chicago, ao lado do Departamento de Economia e da *Law School*, e insere esses três pilares no projeto da *Mont Pelèrin Society*. Esses estudos destacam o chamado “imperialismo econômico” de Chicago, isto é, a colonização de outras disciplinas a partir do ferramental teórico-metodológico da Economia: no caso de George Stigler, em direção à ciência política, e no caso de Aaron Director, Ronald Coase e Richard Posner, para o direito. Ressalva-se, por outro lado, que a caracterização da Escola de Chicago para além dos muros do departamento de economia não é uma atitude exclusiva da literatura que relaciona a escola com o neoliberalismo. Basta dizer que Reder (1991) foi um dos primeiros a reconhecer a importância da *Law School* e a GSB como parte da Escola.

5. O Minotauro em seu labirinto: reflexões historiográficas

Das seções anteriores, podemos perceber a existência de uma tensão flagrante na historiografia entre aqueles trabalhos que caracterizam a Escola de Chicago a partir dos aspectos positivos e da excelência científica, e de outro lado, aqueles que jogam um grande peso nos elementos normativos, de natureza político-ideológica. A leitura de Van Overtveldt (2007) coloca ênfase enorme na qualidade da pesquisa desenvolvida pelos economistas da Universidade de Chicago. Em nossa visão, trata-se de uma perspectiva demasiada internalista e triunfalista. Internalista no sentido de que são sobretudo elementos internos que importam para o sucesso da Escola de Chicago. Já o adjetivo “triumfalista” remete a uma imagem na qual os economistas, orientados apenas pela produção do conhecimento científico em economia, conquistaram influência unicamente a partir de critérios técnicos e da “verdade” produzida. As questões políticas são colocadas em termos de excepcionalidade, não ligadas à essência da Escola de Chicago.

Entendendo política a carreira política, o autor não considera como atividade política o envolvimento, por exemplo, nos debates públicos a partir da defesa um ponto de vista particular, e tampouco dá a devida atenção às ligações dos economistas de Chicago com a *Mont Pelèrin Society*. Quando cita a instituição, é para ilustrar as biografias dos diversos economistas, como Hayek, considerado outra exceção por sua vinculação com Chicago no *Committee of Social Thought*. O autor também dedica uma pequena parte de seu capítulo para Arnold Harberger, e sua forte vinculação com os *Chicago boys* no Chile, considerando simpaticamente que o país se tornou um economia-modelo. Nossa avaliação é que não se trata de negar que os aspectos relacionados com as práticas de pesquisa são importantes. Entretanto, a sobrevalorização desses aspectos, da excelência acadêmica e das práticas científicas da Escola de Chicago, tende a obscurecer seu posicionamento público em defesa de um ponto de vista particular, recheado de concepções políticas e ideológicas, que se articulavam com o modo de produção do conhecimento econômico.

Já Reder (1982), mesmo indicando que a “economia positiva” é o aspecto mais importante, não deixa de reconhecer que há uma área comum entre a Escola de Chicago e a *Mont Pelèrin Society*. O autor minimiza, porém, essa sobreposição. Mas quando observamos as figuras que se encontram dentro da área comum, deparamo-nos com Friedman, Stigler, Director e Wallis. Ora, não são justamente aqueles que formalmente deram a identidade da Escola de Chicago após a Segunda Guerra Mundial, e que enfatizamos na primeira seção quando discutimos o debate sobre a Escola de Chicago? Seria legítimo, nesse sentido, minimizar essa área comum?

Quando consideramos a relação entre a Escola de Chicago e o “neoliberalismo”, devemos imediatamente quebrar qualquer noção de um vínculo automático. Como demonstra a narrativa de Burgin (2012), uma análise minuciosa tanto do lado da Escola de Chicago, quanto da *Mont Pelèrin Society*, mostra uma série de nuances e ideias heterogêneas. No mesmo sentido da nossa indagação do último parágrafo, o autor identifica que os mesmos protagonistas, juntos, formaram uma determinada identidade teórico-metodológica na Universidade de Chicago, e fomentaram bases para o discurso do neoliberalismo. Entretanto, essa associação é esquemática e conta apenas uma parte da história do movimento intelectual e político denominado neoliberalismo, que além da Escola de Chicago, conta com fontes diversas, as quais também alcançaram influência no pós-guerra, mesmo que não exatamente dentro da instituição. Uma relação dessa natureza pode ser realizada, desde que recheada de mediações como, por exemplo, quais economistas podem ser enquadrados nessa relação e em que condições.

Do ponto de vista da seta inversa, a participação dos economistas de Chicago na *Mont Pelèrin Society* condicionou de forma importante as características da Escola de Chicago, especialmente seus aspectos normativos. Isto não implica na sobrevalorização desse condicionamento, a ponto de Van Horn (2009) afirmar que a criação da Escola de Chicago é um capítulo da formação do neoliberalismo. Não obstante, ao criticar a última afirmação, não parece absurdo pensar que essa mudança sofreu influência do envolvimento intelectual e político na Escola de Chicago do pós-guerra, quando as fronteiras entre ciência e ideologia se tornaram mais fluidas ainda. Entendemos que se pode falar de influência sem entrar na questão ética do financiamento à pesquisa.

Dentre a literatura que enfatiza os aspectos normativos, a posição de Naomi Klein (2007) é a mais extrema, merecendo qualificações. Primeiramente, não há nenhuma evidência de que Milton Friedman foi um *adviser* do governo Pinochet. A autora se baseia em uma carta destinada a Pinochet datada de abril de 1975 para essa afirmação. Como demonstra Montes (2016), a carta ocorre após a instauração do *Programa de Recuperación Económica* de março, um mês antes. O plano foi implementado por Jorge Cauas, um economista formado na Universidade de Columbia, e com apoio dos *Chicago boys*. No interior do governo, havia inúmeras outras ideologias que davam substrato ao autoritarismo chileno, e a perspectiva liberal era questionada em muitos momentos. Além disso, conectar tantas experiências distintas - no Chile, no Peru, na China, no Afeganistão - ocorridas ao longo de meio século, sob uma visão determinista de uma “Revolução da Escola de Chicago”, soa conspiratório e anacrônico, pois essas experiências emergiram de diferentes contextos e influências, sendo sustentadas por distintas coalizões ou grupos nacionais que sustentaram as aplicações dos “choques”. Mesmo em relação à experiência chilena, não há qualquer indicação de que houve esforços da Universidade de Chicago para produzir economistas dispostos a se associarem a uma ditadura, dado que o contexto do acordo antecedeu o golpe militar em duas décadas (VALDÉS, 1995).

Desta discussão, entendemos que a historiografia da Escola de Chicago tende a se dividir, grosso modo, em dois grupos: um deles tendendo a enfatizar os aspectos científicos e acadêmicos, o outro reunindo posições que enfatizam os envolvimento político-ideológicos de seus membros e o conteúdo político da teoria econômica.

Se olharmos a relação entre ciência e ideologia da Escola de Chicago de uma maneira umbilical e unívoca, corre-se o risco de incorrer em simplificações e caricaturas, ocultando, por exemplo, que subjacente à noção de “Escola de Chicago” existiu uma esfera - que podemos descrever, grosso modo, pelo programa de pesquisa lakatosiano - composto por uma dinâmica científica e profissional, um conjunto de pressupostos e hipóteses que são transmitidas a cada geração de economistas de determinada linhagem teórica, que mesmo condicionada por certas visões de mundo, possui, em termos relativos, sua própria engrenagem nos espaços profissionais. No caso da Universidade de Chicago, antes da Segunda Guerra

Mundial, as hipóteses de concorrência perfeita e o funcionamento dos mercados eram ideias subjacentes à teoria dos preços da tradição marshalliana; essas ideias foram transmitidas por Frank Knight e outros aos seus alunos, que as aperfeiçoaram, em consonância com as transformações de matematização e profissionalização que impactaram a Economia no entreguerras, gerando um estilo totalmente novo e próprio da Escola de Chicago no pós-guerra, caracterizado pela inflexibilidade em alterar alguns pressupostos da teoria econômica, como o de mercados competitivos. O que estamos chamando atenção pode ser associado à caracterização de um núcleo duro de hipóteses, orientado pela heurística negativa dos “programas de pesquisa” de Imre Lakatos (1970).

Encarar a Escola de Chicago como um programa de pesquisa constitui um ângulo historiográfico legítimo para a reconstrução não só dos antecedentes nos anos 1930 e 1940, como também do surgimento e desenvolvimento da escola no pós-guerra, embora insuficiente. O foco exclusivo de parte da historiografia nesta perspectiva leva-nos a uma caracterização incompleta, devendo ser associada com os elementos político-ideológicos. Reivindicar que existe uma dimensão, ou uma esfera, constituída de elementos acadêmicos, científicos e profissionais não implica em incorrer em uma visão ingênua de ciência, de que o conhecimento econômico produzido pela Escola de Chicago era “objetivo” e “neutro”, isto é, não continha ideologia.

Há quase setenta anos, Schumpeter (1949) discutiu o conceito de ideologia e a sua relação com a construção do saber científico. O autor utiliza o termo ideologia ou “viés ideológico” para se referir ao conceito de ideologia de Marx, e que mais tarde foi desenvolvido por Mannheim ([1929] 1998) – que afirma que o conhecimento é socialmente condicionado, isto é, depende do lugar e da classe dos cientistas na sociedade. Para o autor, “*ideologies are not simply lies; they are truthful statements about what a man thinks he sees*” (p.349). Ideologias são concepções do processo econômico que servem como contextos em que a análise econômica se constrói. Embora concebesse potenciais efeitos perigosos na ciência, o autor argumenta que a ideologia ou viés ideológico é, de certa forma, inevitável, e faz parte do próprio processo de construção do conhecimento econômico, possuindo até mesmo uma utilidade. Mesmo que o procedimento de reconhecer um problema e tratá-lo cientificamente a partir dos dados e teorias dependa de uma parte que o cientista possui controle (os testes e sua metodologia), há uma outra parte sobre a qual não há nenhum controle. Essa parte é chamada por Schumpeter de “*original vision*” ou visão “pré-científica”, que o autor identifica com a ideologia, e sua utilidade advém do fato que “*That prescientific cognitive act which is the source of our ideologies is also the prerequisite of our scientific work. No new departure in any science is possible without it*” (SCHUMPETER, 1949, p.359).

Um ponto de vista instigante é desenvolvido por Cherrier (2009) ao reconstruir o *worldview* de Milton Friedman durante seus anos formativos nas décadas de 1930 e 1940, no qual articulou elementos da experiência profissional, visões pessoais e políticas, e seus trabalhos científicos. Em um mesmo sentido, as reflexões de Eric Schliesser (2010) à luz das afirmações metodológicas de Milton Friedman são importantes, pois apontam que ciência e ideologia não são tão claramente distinguíveis. Schliesser critica a concepção de que, na ciência, a teoria muda de acordo com as evidências empíricas contrárias, e que isto seria uma condição necessária para distingui-la de ideologia, que pretensamente se definiria pelo apego a certas ideias e doutrinas. Relembrando Thomas Kuhn (e Lakatos), o autor enfatiza que a ciência também persevera à luz de evidências contrárias (e isto é importante para não criar um caos na atividade) e que as escolhas dos cientistas fazem parte do processo. De outro lado, mesmo as ideologias se apegam aos dados da experiência para justificar suas doutrinas. O que é fundamental retermos da discussão do autor é que “*Even ‘positive’ economics is deeply enmeshed in values. Not being value free does not undermine the possibility of reasonable theory change or objectivity within ‘positive’ economics or its ‘scientific’ status*” (p.183).

Isso tudo nos informa que ciência e ideologia estão interconectadas. É neste sentido que argumentamos que os elementos científicos e os elementos políticos, conjuntamente, devem fazer parte da construção de um argumento em torno da Escola de Chicago. Mas não somente que os elementos políticos e as ideologias condicionam a ciência de forma inconsciente. Na medida em que a participação política no debate público se torna uma constante, utilizando dos próprios modelos (e dos seus pressupostos) como argumentos normativos, a dimensão política e ideológica assume um caráter diferente. Ao longo da participação dos economistas na *Mont Pelêrin Society* e na subsequente movimentação para a influência

nos debates públicos, o conhecimento econômico, baseado em hipóteses ideais, se tornou uma poderosa ferramenta de persuasão argumentativa. Neste momento, a teoria econômica produzida em Chicago, para além de um programa de pesquisa torna-se também uma plataforma política consciente de intervenção na realidade.

6. Considerações finais

A historiografia da Escola de Chicago é marcada de forma irremediável por três grandes tensões: 1) a existência da Escola; 2) a unidade, guiada pela discussão de generalização-particularidades; 3) os elementos de continuidade e mudança. Todas essas tensões se combinam com a tensão maior que destacamos neste trabalho, entre os elementos acadêmicos-científicos e os de natureza política-ideológica. A “Escola de Chicago” é, antes de tudo, uma reconstrução analítica das ideias do passado, que conjuga em sua essência aspectos de continuidade e mudança. Por isso mesmo, há várias noções de “Escola de Chicago” em disputa, com diferentes implicações e objetivos. É preciso ter cuidado com generalizações, pois não havia homogeneidade em Chicago, nem no período anterior à segunda guerra mundial, nem em seu período subsequente.

Parece claro que a historiografia da Escola de Chicago tende a se dividir, muitas vezes de forma caricatural e simplificadora, entre, de um lado, seus defensores, que enfatizam os aspectos da “economia positiva” e suas grandes contribuições científicas, e por outro os críticos, que concebem a Escola de Chicago a partir de uma leitura que coloca grande peso aos seus aspectos políticos. Além disso, aqueles trabalhos que enfatizam aspectos técnicos-positivos tendem a ter atitudes mais simpáticas à Escola, enquanto pesquisas que enfatizam a dimensão normativa e os elementos políticos-ideológicos tendem a ser críticos. De um lado ou de outro, à sua própria maneira, os autores mobilizaram de formas diferentes as tensões da unidade e da continuidade para enfatizar os elementos técnicos-positivos ou os normativos.

Um argumento robusto de História do Pensamento Econômico não deve alienar nenhuma dessas dimensões. Como a natureza das nossas reflexões é historiográfica, não nos coube especificar qual é a estrutura ou os complexos processos e combinações entre ciência e ideologia no labirinto da Escola de Chicago. Antes, que o historiador do pensamento econômico, necessariamente, ao tomar a Escola de Chicago como objeto historiográfico, deve ser cauteloso para não se perder no labirinto.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Carlos Geraldo Langoni. **Coleção História Contada do Banco Central do Brasil**. Brasília: Banco Central do Brasil, v.9, 2019, 106p.

BURGIN, Angus. **The great persuasion: Reinventing free markets since the depression**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2012.

BRONFENBRENNER, Martin. Observations on the "Chicago School (s)". **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 70, n. 1, p. 72-75, 1962.

CALDWELL, Bruce. The Chicago school, Hayek, and neoliberalism. In: VAN HORN, Robert; MIROWSKI, Phillip; STAPLEFORD, Thomas. **Building Chicago economics: New perspectives on the history of America's most powerful economics program**. New York: Cambridge University Press, p. 301-334, 2011.

CHERRIER, Béatrice. The lucky consistency of Milton Friedman's science and politics, 1933-1963. In: VAN HORN, Robert; MIROWSKI, Phillip; STAPLEFORD, Thomas. **Building Chicago economics: New perspectives on the history of america's most powerful economics program**, p. 335-367, 2011.

CHERRIER, Béatrice. Towards a History of Economics at MIT, 1940-1972. **History of Political Economy**, v. 46 (Annual Supplement), p.15-44, 2014.

COATS, Alfred William. The Origins of the "Chicago School (s)". **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 71, n. 5, p. 487-493, 1963.

EMMETT, Ross. Introduction. In: EMMETT, Ross (ed.). **The Elgar companion to the Chicago school of economics**. Cheltenham: Edward Elgar, p. 1-3, 2010.

EMMETT, Ross. Sharpening tools in the workshop: the workshop system and the Chicago School's success. In: VAN HORN, Robert; MIROWSKI, Phillip; STAPLEFORD, Thomas. **Building Chicago economics: New perspectives on the history of America's most powerful economics program**. New York: Cambridge University Press, pp. 93-115, 2011.

EMMETT, Ross. Chicago School. In: FACCARELLO, Gilbert; KURZ, Heinz D. (Ed.). **Handbook on the History of Economic Analysis Volume II: Schools of Thought in Economics**. Massachusetts: Edward Elgar Publishing, p. 368-374, 2016.

FRIEDMAN, Milton. The Methodology of Positive Economics. In: _____. **Essays in Positive Economics**. Chicago: University of Chicago Press, p.3-46, 1966 (1953).

HALSMAYER, Verena. From exploratory modeling to technical expertise: Solow's growth model as a multipurpose design. **History of Political Economy** (Annual Supplement), v. 46, n, p. 229-251, 2014.

HAMMOND, J. Daniel. The development of post-war Chicago price theory. In: EMMETT, Ross (ed.). **The Elgar companion to the Chicago school of economics**. Cheltenham: Edward Elgar, p. 7-24, 2010.

HARVEY, David. **A brief history of neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

KLEIN, Naomi. **The shock doctrine: The rise of disaster capitalism**. New York: Metropolitan Books/Henry Hold and Company, 2007.

LAKATOS, Imre. Falsification and the methodology of scientific research programmes. In: LAKATOS, Imre, MUSGRAVE, Alan (ed.). **Criticism and the growth of knowledge**. Cambridge: Cambridge University Press, p.91-196, 1970.

LANGONI, C. **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

MEDEMA, Steven G. Chicago price theory and Chicago law and economics: A tale of two transitions. In: VAN HORN, Robert; MIROWSKI, Phillip; STAPLEFORD, Thomas. **Building Chicago economics: New perspectives on the history of America's most powerful economics program**. New York: Cambridge University Press, p. 151-79, 2011.

MILLER, H. Laurence, Jr. On the "Chicago School of Economics". **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 70, n. 1, p. 64-69, 1962.

MIROWSKI, Phillip; HANDS, D. Wade. A paradox of budgets: the postwar stabilization of American neoclassical demand theory. In: MORGAN; RUTHERFORD. From interwar pluralism to postwar neoclassicism. **History of Political Economy** (Annual Supplement), v. 30, p.260-292, 1998.

MANNHEIM, Karl. **Ideology and utopia**. London: Routledge, [1929] 1998.

MONTES, Leonidas. Milton Friedman y sus visitas a Chile. **Estudios Públicos**, n. 141, 2016.

O GLOBO. "Chicago Boys", sinônimo de recessão na América Latina. **O Globo**. Rio de Janeiro, 22 jan 2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/chicago-boys-sinonimo-de-recessao-na-america-latina-15125511>>. Acesso em: 21 abril 2021.

NIK-KHAH, Edward. George Stigler, the Graduate School of Business, and the pillars of the Chicago School. In: VAN HORN, Robert; MIROWSKI, Phillip; STAPLEFORD, Thomas. **Building Chicago economics: New perspectives on the history of America's most powerful economics program**. New York: Cambridge University Press, p. 116-147, 2011.

PECK, Jamie. Orientation: In Search of the Chicago School. In: VAN HORN, Robert; MIROWSKI, Phillip; STAPLEFORD, Thomas. **Building Chicago economics: New perspectives on the history of America's most powerful economics program**. New York: Cambridge University Press, 2011.

PLEHWE, Dieter. Introduction. In: MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter (ed.). **The Road from Mont Pelerin: The Making of the Neoliberal Thought Collective**. Boston: Harvard University Press, p. 149-163, 2009.

REDER, Melvin Warren. Chicago economics: permanence and change. **Journal of economic literature**, v. 20, n. 1, p. 1-38, 1982.

REDER, Melvin Warren. Chicago school. In: EATWELL, John; MURRAY, Milgate; NEWMAN, Peter. **The World of Economics**. Palgrave Macmillan, London, p. 40-50, 1991.

SCHLIESSER, Eric. Friedman, positive economics, and the Chicago boys. In: EMMETT, Ross (ed.). **The Elgar companion to the Chicago school of economics**. Cheltenham: Edward Elgar, p. 7-24, 2010.

SCHUMPETER, Joseph A. Science and ideology. **American Economic Review**, v. 39, n. 2, p. 345-359, 1949.

STIGLER, George J. On the "Chicago School of Economics": Comment. **Journal of Political Economy**, Chicago, v. 70, n. 1, p. 70-71, 1962.

VALDÉS, J. G. **Pinochet's Economists: The Chicago School of Economics in Chile**. Cambridge University Press, 1995.

VAN HORN, Rob; MIROWSKI, Philip. The rise of the Chicago School of Economics and the birth of neoliberalism. In: MIROWSKI, Philip; PLEHWE, Dieter (ed.). **The Road from Mont Pelerin: The Making of the Neoliberal Thought Collective**. Boston: Harvard University Press, p. 149-163, 2009.

VAN HORN, Robert.; MIROWSKI, Phillip.; STAPLEFORD, Thomas. Blueprints. In: VAN HORN, Robert; MIROWSKI, Phillip; STAPLEFORD, Thomas. **Building Chicago Economics: new perspectives on the history of America's most powerful economics department**. New York: Cambridge University Press, 2011b, pp. xv-xxiv, 2011.

VAN OVERTVELDT, Johan. **The Chicago School: how the University of Chicago assembled the thinkers who revolutionized economics and business**. Chicago: Agate Publishing, 2007.